



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE

Avenida Santa Leopoldina, n.º 840
Coqueiral de Itaparica, Vila Velha – ES
CEP: 29.102-375

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR¹

CONTRATAÇÃO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO DE ESPORTES E LAZER NO BAIRRO ILHA DAS FLORES, INCLUINDO REFORMA DO CAMPO DE FUTEBOL E CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO E ARQUIBANCADA, DENTRE OUTROS.

PROCESSO Nº	115.233/2025
ÁREA REQUISITANTE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade – SEMDU

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE¹

A contratação das obras de requalificação do espaço de esportes e lazer no bairro Ilha das Flores, incluindo o cercamento, reforma do campo de futebol e construção de vestiário e arquibancadas, dentre outros, mostra-se necessária para garantir melhores condições de prática esportiva e segurança à comunidade. Um campo em boas condições de uso reduz riscos de lesões, melhora a experiência dos atletas e proporciona infraestrutura adequada para a realização de treinos e competições.

Além disso, a presença de vestiários equipados com banheiros e chuveiros assegura higiene, conforto e dignidade aos usuários, enquanto a construção de arquibancadas oferece mais segurança e comodidade ao público que acompanha os eventos esportivos. Essa melhoria também contribui para a acessibilidade e a organização do espaço, tornando-o apto a receber competições de maior porte.

Outro aspecto importante é o impacto social e comunitário. A obra incentivará a prática regular de atividades físicas, promovendo saúde, bem-estar e qualidade de vida, sobretudo entre crianças e jovens. O campo reformado poderá servir de espaço para projetos sociais, escolinhas de futebol e

¹ A “Descrição da necessidade” foi definida pela secretaria requisitante, conforme justificativa nos autos e no Documento de Formalização da Demanda

Este documento foi elaborado a partir do modelo no Anexo Único do Decreto Municipal nº 345/2023.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE

Avenida Santa Leopoldina, n.º 840
Coqueiral de Itaparica, Vila Velha – ES
CEP: 29.102-375

torneios locais, fortalecendo a integração da comunidade e criando oportunidades para o desenvolvimento de novos talentos esportivos.

Por fim, a valorização urbana do bairro é outro benefício relevante. Espaços esportivos bem estruturados qualificam o ambiente público, aumentam a sensação de pertencimento da população e contribuem para a revitalização da área, gerando impactos positivos não apenas para os praticantes do esporte, mas para toda a comunidade do entorno.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A contratação está prevista no PAC 2026 através do código **PCW00668.2026-40**, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda, constante nos autos.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Quanto ao levantamento de mercado, este consiste na análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a se contratar.

Para o caso em tela, foi elaborado Projeto Básico de Engenharia pela equipe técnica da SEMOPE, onde foram estudadas as alternativas técnicas viáveis para execução das obras pretendidas que foram demonstradas em seus relatórios de projetos, bem como elaborada planilha orçamentária acompanhada de memória de cálculo onde foram discriminados os valores unitários e quantidades estimadas de todos os serviços que serão aplicados na contratação, além dos desenhos técnicos necessários.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta contempla um conjunto de intervenções voltadas para a modernização e adequação do espaço esportivo, de forma a atender às demandas da comunidade e garantir infraestrutura adequada para a prática esportiva e eventos locais. O projeto prevê a requalificação completa do campo, incluindo a instalação de um novo gramado natural, que proporcionará melhores condições de jogo, maior segurança aos atletas e durabilidade do espaço. Além disso, será realizado o cercamento da área, garantindo organização, preservação do local e maior controle de acesso, bem como a instalação de um sistema de iluminação adequado, que permitirá a utilização do campo em diferentes turnos, inclusive no período noturno.

Complementando essas melhorias, está prevista a construção de um vestiário acessível, garantindo condições adequadas de higiene, conforto e inclusão para todos os usuários, em conformidade com as normas de acessibilidade. Também serão implantadas duas arquibancadas, destinadas a oferecer mais comodidade e segurança ao público que acompanha os jogos e demais atividades esportivas.



Avenida Santa Leopoldina, n.º 840
Coqueiral de Itaparica, Vila Velha – ES
CEP: 29.102-375



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE**

Avenida Santa Leopoldina, n.º 840
Coqueiral de Itaparica, Vila Velha – ES
CEP: 29.102-375

- c) A prestação dos serviços deverá incluir o fornecimento de mão de obra, fornecimento de materiais, fornecimento de veículos, máquinas e ferramentas, logística de transporte de pessoas e materiais;
- d) O Contratado deverá cumprir os prazos estabelecidos;
- e) O Contratado deverá fornecer garantia de todos os serviços conforme as leis e normativas vigentes e aplicáveis;
- f) O Contratado deverá elaborar e entregar ao final dos serviços o Manual de Uso, Operação e Manutenção do equipamento urbano (quando aplicável);
- g) O Contratado deverá elaborar e entregar ao final dos serviços o "as built" (projeto executivo como construído) da obra.

Os demais requisitos técnicos serão apresentados no Termo de Referência da contratação.

5.2 QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada para a execução das obras deve, necessariamente, ser empresa especializada no ramo da construção civil, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Termo de Referência da contratação.

A Contratada deverá comprovar capacidade econômica pela apresentação de demonstrativos contábeis e indicadores financeiros e de liquidez aceitáveis, e técnica operacional e profissional comprovada por apresentação de atestados de capacidade técnica em serviços semelhantes de mesma complexidade ou superior, e indicação de responsável técnico comprovadamente qualificado para o desempenho dessa função.

As demais qualificações necessárias para a contratação estarão descritas no Termo de Referência da contratação e no Edital de convocação para o certame.

5.3 MÃO DE OBRA EMPREGADA

A execução das obras exigirá profissionais capacitados para o emprego das técnicas de engenharia e construção civil, e o adequado manejo dos equipamentos e materiais especificados nas peças técnicas elaboradas, das quais constarão indicações sobre os tipos mais adequados de equipamentos e materiais a serem utilizados nos diferentes processos e etapas da construção, e mão de obra recomendada, além dos procedimentos necessários para que a construção aconteça de forma segura, tanto para o trabalhador que está executando o serviço, quanto para usuário de seu produto final.

O objeto será contratado sem dedicação exclusiva de mão de obra. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE**

Avenida Santa Leopoldina, n.º 840
Coqueiral de Itaparica, Vila Velha – ES
CEP: 29.102-375

5.4 MATERIAIS NECESSÁRIOS

Além dos equipamentos, maquinário e ferramentas necessários à execução das obras, a Contratada deverá fornecer todos os materiais previstos no Projeto de Engenharia e demais documentos anexos ao instrumento convocatório, observando a descrição desses e os critérios qualitativos e quantitativos detalhados na planilha orçamentária, nas memórias de cálculos e no memorial descritivo de cada etapa do projeto. A Contratada se responsabilizará pela gestão de todos os insumos a serem aplicados, não se admitindo atraso na execução dos serviços por alegada ausência de materiais.

5.5 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

A Contratada deverá adotar práticas construtivas que contribuam para redução do impacto ambiental ocasionado pela geração de resíduos provenientes da construção civil. Os serviços prestados pela Contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia.

A Contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais dos serviços, removendo e promovendo a devida destinação.

A Contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

A Contratada deverá utilizar as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se, dentre outros, os critérios ambientais indicados abaixo:

- Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;
- Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
- Sempre que possível, fazer uso de energia renovável;
- Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se preferencialmente contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;
- Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos;
- Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos, quando possível;



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE

Avenida Santa Leopoldina, n.º 840
Coqueiral de Itaparica, Vila Velha – ES
CEP: 29.102-375

- Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999;
- Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
- Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais (EPIs) necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades;
- Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental;
- Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.

5.6 PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto da presente contratação é composto pela execução de serviços interdependentes que exigem integração técnica e operacional para garantir sua continuidade e eficiência, sendo assim, não é tecnicamente viável ser parcelado.

Ainda, com base na Lei Complementar nº 123/2006, o parcelamento para atender a micro e pequenas empresas deve ser realizado sempre que for possível e vantajoso, conforme o art. 48, §1º, inciso II. No entanto, a Lei também prevê que o fracionamento não deve ocorrer quando tecnicamente inviável ou quando puder comprometer a execução do objeto, o que se aplica ao presente caso, conforme descrito.

5.7 VEDAÇÃO DE CONSÓRCIOS

A Lei 14.133/2021, art. 15, preconiza a conveniência de admitir a participação de empresas em consórcio em procedimento licitatório, salvo vedação devidamente justificada.

Na pretensa contratação, não será permitida a participação de consórcio ou de qualquer outra modalidade de interdependência entre as licitantes, tendo em vista que os serviços a serem contratados não são de alta complexidade ou vulto, ou seja, o edital não traz nenhuma característica própria que justifique a admissão de empresas em consórcio.

A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de engenharia é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. Sendo assim, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE

Avenida Santa Leopoldina, n.º 840
Coqueiral de Itaparica, Vila Velha – ES
CEP: 29.102-375

Além disso, justifica-se aqui a vedação de contratação de empresas que se apresentam em consórcio, pois estas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

6. PRAZOS

Por se tratar de um contrato de escopo, o serviço possui um prazo de execução definido, que será detalhado em seu Cronograma Físico Financeiro.

O prazo de execução do contrato é de **240 (duzentos e quarenta) dias**, contados da data de emissão da ordem de serviço, e o prazo de vigência da contratação é de **420 (quatrocentos e vinte) dias**, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1 SERVIÇOS CONTINUADOS

Por se tratar de um serviço de engenharia, ou seja, um contrato de escopo, não se caracteriza como um contrato de serviço continuado, pois possui data de início e prazo definido para seu término.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As quantidades dos serviços a serem contratados foram definidas a partir do levantamento de quantitativos realizado com base no Projeto de Engenharia, e se encontra detalhado na memória de cálculo e planilha orçamentária da contratação.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se a contratação em **R\$ 3.087.713,42 (três milhões, oitenta e sete mil, setecentos e treze reais e quarenta e dois centavos.)**.

Esta estimativa foi obtida a partir da planilha orçamentária da contratação, sendo esta elaborada a partir do levantamento e quantificação dos serviços, feito por meio da leitura e análise dos projetos. Em seguida foi elaborado o cálculo dos custos unitários, por meio de composições de custos unitários das Tabelas Referenciais de Preços (ex. LABOR, SINAPI e TCPO). Na ausência de composições de custos nestas tabelas, foram utilizadas tabelas de outros órgãos (com preços de referência em âmbito regional e nacional que se aplicam a especificidade local) e/ou foram elaboradas composições de custos unitários pela equipe técnica. Os valores de insumos foram obtidos com a mesma metodologia supracitadas. Na ausência de valor em tabelas com bases referenciais de preços no âmbito estadual, foram utilizadas outras tabelas referenciais regionais e/ou nacionais, complementada pela pesquisa de preços de mercado com fornecedores especializados. Por fim, aos custos unitários dos serviços, foi aplicado o percentual de BDI, em

Este documento foi elaborado a partir do modelo no Anexo Único do Decreto Municipal nº 345/2023.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE

Avenida Santa Leopoldina, n.º 840
Coqueiral de Itaparica, Vila Velha – ES
CEP: 29.102-375

conformidade com o que preconiza a Resolução TC 366/2022 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES).

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 ENQUADRAMENTO DE OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA COMUM OU ESPECIAL

Sob a égide da nova lei de licitações, a atividade será enquadrada como obra quando seu exercício, por força de lei, for privativo das profissões de engenheiro e arquiteto, e, cumulativamente, importar em inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das características originais de bem imóvel.

O Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), em face dos novos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos apresentou a NOTA TÉCNICA IBR 001/2021, com o entendimento sobre obra comum e obra especial de engenharia, que transcrevemos abaixo:

“...é possível concluir o entendimento de que obra comum de engenharia é aquela na qual (i) a mão de obra, os equipamentos e os materiais utilizados são padronizáveis e (ii) amplamente disponíveis no mercado, (iii) os métodos construtivos têm responsabilidade técnica assumida por arquiteto, engenheiro ou técnico com registro no conselho profissional (que atenda aos requisitos previsto no edital), bem como (iv) os objetos contratados são de conhecimento geral e possuem muitas características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive por parte do executor da obra, o operário da construção civil. (...)

Assim, as obras comuns de engenharia seriam aquelas (i) **com baixo grau de complexidade técnica**, (ii) **executadas corriqueiramente pela administração**, (iii) **que contam com especificações e métodos usuais no mercado**, e para as quais (iv) **existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame...**”
(grifo nosso)

Pelo exposto acima, tem-se que o objeto a ser licitado pode ser enquadrada como **OBRA COMUM**, visto que, por se tratar de reforma de edificação, e:

- a) Será executada através de mão de obra, equipamentos e materiais padronizáveis e usuais;
- b) É comumente contratada pela Administração, que reforma diversos espaços públicos;
- c) O responsável técnico pela obra será um engenheiro ou arquiteto;
- d) Trata-se de obra que possui grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional (que é aquele mercado que costuma suprir a demanda no caso de obras de pequeno e médio portes).



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE

Avenida Santa Leopoldina, n.º 840
Coqueiral de Itaparica, Vila Velha – ES
CEP: 29.102-375

9.2 MODALIDADE LICITATÓRIA

A modalidade licitatória escolhida é a **CONCORRÊNCIA**. De acordo com a Lei Federal 14.133/2021, esta é a modalidade indicada para a contratação de obras comuns e especiais de engenharia.

9.3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A escolha do critério de julgamento por **MENOR PREÇO** não poderia ser outro tendo em vista que este o que melhor atende às necessidades da contratação.

A escolha do critério de menor preço está em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que permite e regulamenta esse critério especialmente em casos de obras e serviços comuns, desde que haja um projeto detalhado.

Assim, este critério atende ao princípio da economicidade na medida em que favorece a ampla concorrência, incentivando mais empresas a participarem do processo licitatório, o que pode resultar em propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Ainda, pelo critério de menor preço, a avaliação das propostas é mais objetiva e de fácil aferição, reduzindo o risco de subjetividade no julgamento, uma vez que o critério principal é o valor ofertado, desde que atendidos os requisitos técnicos exigidos, resultando em uma contratação mais eficiente para a Administração Pública.

9.4 REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução adotado foi o **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**. Este regime é aquele em que o preço é fixado por unidade determinada e que a remuneração da Contratada é estabelecida em face dos serviços efetivamente executados.

É o regime mais apropriado para a execução de obras e serviços comuns de engenharia. Dessa forma, as medições serão elaboradas de acordo com a execução observada, com a realização de minuciosas medições periódicas para quantificar os serviços efetivamente executados. Havendo diferença entre os quantitativos inicialmente previstos nas planilhas orçamentárias e os quantitativos efetivamente executados, a remuneração devida à Contratada deverá ser ajustada (reduzida ou majorada) a fim de refletir os quantitativos reais.

De acordo com o ACÓRDÃO 1977/2013 – PLENÁRIO – TCU, esse regime deve ser adotado em face da imprecisão inerente à própria natureza do objeto, que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou não totalmente conhecidos na fase de planejamento.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Na data de elaboração deste ETP, não foram identificadas contratações correlatas a esta pretendida.



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE**

Avenida Santa Leopoldina, n.º 840
Coqueiral de Itaparica, Vila Velha – ES
CEP: 29.102-375

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

A obra trará benefícios significativos para a comunidade e os usuários do espaço, proporcionando uma infraestrutura moderna e multifuncional. Com revitalização do campo de futebol, iluminação adequada e ampliação das instalações, o local passará a comportar jogos e eventos de maior porte. A melhoria dos vestiários e a construção de arquibancadas, oferecerá mais conforto e comodidade para atletas e espectadores.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não é necessário que seja tomada nenhuma providência, por parte da Administração, previamente a celebração do contrato.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida caracteriza-se como serviço de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura Contratada empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Na execução dos serviços caberá à Contratante e à Contratada a observância das normas de proteção ambiental, cabendo à primeira a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e à segunda o respeito às leis ambientais na execução dos serviços.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Pelas justificativas apresentadas, e com base nos elementos levantados no presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se a viabilidade da contratação.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE

Avenida Santa Leopoldina, n.º 840
Coqueiral de Itaparica, Vila Velha – ES
CEP: 29.102-375

15. RESPONSÁVEIS

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pelo profissional abaixo relacionado:

Arq. Adriana Carlota Birchler
CAU A1240838 - Matrícula: 10007733
GPO/SEMOPE/PMVV

16. APROVAÇÃO

Diante de todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, que concluiu pela viabilidade da presente contratação, aprovo o presente ETP.

Joel Rangel Pinto Junior
Matrícula 10007521
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade- SEMDU/PMVV
